



DECRETO Nº 3388-R, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a política de estágio estudantil no âmbito do Poder Executivo Estadual, sobre o Programa Jovens Valores e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição Estadual, bem como o que consta do processo nº 63178389/ 2013, e,

Considerando a necessidade de uniformizar as contratações de estagiários no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como adequá-las à legislação federal;

Considerando a necessidade de proporcionar a adequação das atividades práticas desenvolvidas pelos estagiários à respectiva formação acadêmica, buscando o aprimoramento dos futuros profissionais;

Considerando a relevância do papel do Estado no sentido de promover a inserção do jovem no mercado de trabalho, colaborando na sua formação profissional e humanitária;

Considerando o anseio da sociedade por transparência nas ações públicas, materializada pela fixação de critérios pré-estabelecidos na seleção de estagiários;

Considerando que a política de estágio do Poder Executivo Estadual tem por norte a seleção impessoal dos estagiários, possibilitando oportunidades de aprendizado e evolução profissional e humanitária;

Considerando a necessidade de preparar o estudante para a atuação no campo das políticas públicas e o esforço das instituições de ensino em se aproximar deste campo de atuação;

Considerando a importância de preparar profissionais para a atuação no âmbito público, criando condições, por meio de metodologias e instrumentos que proporcionem ao estagiário uma experiência adequada do setor público;

Considerando ainda o disposto na Lei Federal 11.788/2008,



DECRETA:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E REGRAS GERAIS

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio.

§ 1º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 2º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 3º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 4º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 2º Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias e Fundações do Estado, que tenham condições de propiciar experiência prática na linha de formação, podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que frequentem, efetivamente, cursos de educação superior, de ensino médio e de educação profissional, vinculados à estrutura de ensino público e particular, oficiais ou reconhecidos.

§ 1º Somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo órgão no qual realizará o estágio.

§ 2º O órgão concedente deve ofertar instalações que tenham condições de proporcionar, ao educando, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, sendo vedada a concessão de estágio em locais de risco e em áreas insalubres.

Art. 3º Para a caracterização e definição do estágio, a Administração Pública Estadual firmará convênios com instituições de ensino.

§ 1º Em se tratando de estágio não obrigatório compete à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER firmar instrumento jurídico apropriado, observadas as disposições da legislação aplicável, notadamente a Lei Federal nº



8.666/93, com agente de integração para fins de intermediação da contratação de estágio.

§ 2º Ao agente de integração caberá:

- I. identificar oportunidades de estágio;
- II. ajustar suas condições de realização;
- III. fazer o acompanhamento administrativo;
- IV. encaminhar a negociação de seguros contra acidentes pessoais; e,
- V. cadastrar os estudantes.

§ 3º Na falta de agente de integração, fica a SEGER responsável pelas obrigações constantes nos §§ 1º e 2º deste artigo.

~~§ 4º Em se tratando de estágio obrigatório, a cada órgão da Administração Pública Estadual compete firmar convênios com as instituições de ensino.~~

§ 4º Em se tratando de estágio obrigatório, a cada órgão da Administração Pública Estadual compete firmar convênios com as instituições de ensino que estejam credenciada na forma da legislação vigente e procedimentos a serem editados pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

Art. 4º O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal do órgão concedente de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I. de 1 (um) a 5 (cinco) servidores: 1 (um) estagiário;
- II. de 6 (seis) a 10 (dez) servidores: até 2 (dois) estagiários;
- III. de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) servidores: até 5 (cinco) estagiários; e,
- IV. acima de 25 (vinte e cinco) servidores: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito deste Decreto, considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores existentes no órgão em que se realizará o estágio.

§ 2º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 3º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 4º As vagas para o estágio de nível médio, respeitados os limites estabelecidos pelo caput e incisos deste artigo, deverão ser preenchidas por alunos oriundos,



preferencialmente, de escolas públicas, e que possuam, na época da assinatura do termo de compromisso de estágio, no mínimo 16 (dezesseis) anos de idade.

~~§ 5º Fica assegurado, às pessoas portadoras de deficiência, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.~~

§5º Fica assegurado a estudantes autodeclarados pardos, pretos, indígenas, o percentual de 20% (vinte por cento), e a estudantes com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio a que se refere este inciso. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 6º Na hipótese de não haver número de candidatos selecionados suficiente para ocupar as vagas reservadas aos estudantes mencionados no § 5º deste artigo, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

Art. 5º A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e se dará mediante termo de compromisso de estágio celebrado entre o estagiário, o órgão concedente, a instituição de ensino e o agente de integração, quando for o caso, observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes, no qual constará pelo menos:

I. identificação e assinatura do estagiário, do órgão concedente e da instituição de ensino, nome do curso e nível de escolaridade do estagiário;

II. menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;

III. valor da bolsa mensal, quando do estágio não-obrigatório;

IV. carga horária semanal máxima de vinte horas, compatível com o horário escolar;

~~V. duração do estágio, obedecido o período mínimo de 06 (seis) meses, exceto quando se tratar de estágio obrigatório, não podendo extrapolar o prazo máximo total de 24 (vinte e quatro) meses, em qualquer caso;~~

V duração do estágio, não podendo extrapolar o prazo máximo total de 24 (vinte e quatro) meses; **(Nova redação dada pelo Decreto 3649-R/2014)**

VI. menção da obrigação de cumprir as normas disciplinares de estágio e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso no órgão;

VII. menção da obrigação de apresentar relatórios ao gestor da unidade onde realizar o estágio, a cada seis meses, sobre o desenvolvimento das atividades que lhe forem designadas.

Art. 6º Quando da realização de estágio não-obrigatório, os estagiários de nível superior, nível médio e educação profissional farão jus ao recebimento de auxílio transporte e a uma bolsa de complementação educacional, cujo valor será fixado e



reajustado pelo Governo do Estado, bem como ao recebimento de uniforme a ser definido pela SEGER, por meio de ato próprio.

§ 1º A bolsa será paga mensalmente e diretamente ao estagiário, correndo a despesa à conta de recursos próprios do órgão concedente, onde se realizará o estágio.

§ 2º Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, a frequência mensal do estagiário, sendo deduzido os dias de falta não justificada e a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências injustificadas e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência.

§ 3º As despesas de uniforme previstas no caput deste artigo caberão à conta de recursos próprios do órgão onde o estágio se realizar.

§ 4º O pagamento da bolsa e concessão do auxílio transporte cessarão imediatamente com o desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

§ 5º A concessão de bolsa de complementação educacional, vale transporte e de uniforme não abrange os estagiários que realizam o estágio obrigatório definido no § 2º do Art. 1º.

Art. 7º Os estagiários farão jus ainda à contratação de seguro contra acidentes pessoais, seja na realização de estágio obrigatório ou não-obrigatório.

Art. 8º Ocorrerá o desligamento do estudante do estágio:

- I. automaticamente, após o término do prazo estipulado no termo de compromisso;
- II. a qualquer tempo por interesse da Administração Pública;
- III. depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a instituição de ensino ou pelo agente de integração;
- IV. a pedido do estagiário;
- V. em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido, constante do termo de compromisso, das normas legais e regulamentares pertinentes;
- VI. pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 01 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante o período de 01 (um) ano;
- VII. pela interrupção ou reprovação no curso da instituição de ensino a que pertença o estagiário, sendo-lhe vedado estagiar, novamente, no âmbito da Administração Pública Estadual, pelo prazo de 06 (seis) meses; e,
- VIII. por solicitação justificada da instituição de ensino.



~~Art. 9º Competirá ao setor de recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Estadual:~~

~~I. autorizar o início do estágio, somente após a entrega do termo de compromisso, devidamente assinado pela instituição de ensino, pelo órgão concedente e pelo estagiário;~~

~~II. realizar diagnóstico da necessidade de estagiários no âmbito das suas unidades, colhendo as informações necessárias, bem como realizando estudos da pertinência das alocações propostas pelas chefias de unidades de serviço, inclusive quanto à compatibilidade das atividades com o grau do estágio (nível superior, nível médio e educação profissional);~~

~~III. indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;~~

~~IV. fazer o controle de frequência do estagiário;~~

~~V. participar da elaboração do convênio junto à instituição de ensino, observando o disposto no Art. 2º;~~

~~VI. proceder à supervisão do estágio junto aos setores internos, encaminhando relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário, à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses;~~

~~VII. lavrar o termo de compromisso a ser assinado pela instituição de ensino, pelo órgão concedente e pelo estagiário;~~

~~VIII. realizar, depois de autorizado, o pagamento da bolsa de estágio e do auxílio transporte, suspendendo-o imediatamente em caso de desligamento do estagiário;~~

~~IX. informar à entidade de ensino e ao agente de integração sobre o desligamento dos estagiários;~~

~~X. informar periodicamente, no Sistema de Recursos Humanos, o número total de estudantes aceitos naquele órgão como estagiários de nível superior, de nível médio e de educação profissional;~~

~~XI. expedir, ao final do período de estágio, o certificado de estágio, contendo o período, a carga horária, as principais atividades desenvolvidas e a avaliação de desempenho, independentemente do resultado obtido;~~

~~XII. recolher, por ocasião do desligamento do estagiário do órgão, o crachá, o uniforme e os demais itens recebidos para a realização do estágio.~~

Art. 9º A operacionalização dos procedimentos de estágio será realizada pelas Unidades de Recursos Humanos dos órgãos ou entidades, pela Comissão de Credenciamento de instituições de ensino e quando necessário, por Comissão Permanente de Estágio. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**



§ 1º Compete à Unidade de Recursos Humanos ou unidade equivalente dos órgãos ou entidades:

I - Estágio não-obrigatório (Programa Jovens Valores):

a) autorizar o início do estágio, somente após a entrega do termo de compromisso, devidamente assinado pela instituição de ensino, pelo órgão concedente e pelo estagiário;

b) realizar diagnóstico da necessidade de estagiários no âmbito das suas unidades, colhendo as informações necessárias, bem como realizando estudos da pertinência das alocações propostas pelas chefias de unidades de serviço, inclusive quanto à compatibilidade das atividades com o grau do estágio (ensino médio, ensino médio-técnico, ensino superior);

c) indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

d) fazer o controle de frequência do estagiário;

e) participar da elaboração do convênio junto à instituição de ensino, observando o disposto no art. 2º;

f) proceder à supervisão do estágio junto aos setores internos, encaminhando relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário, à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses;

g) lavrar o termo de compromisso a ser assinado pela instituição de ensino, pelo órgão concedente e pelo estagiário;

h) expedir quando necessário, durante o período de estágio, os termos aditivos ao termo de compromisso de estágio;

i) realizar, depois de autorizado, o pagamento da bolsa de estágio e do auxílio transporte, suspendendo-o imediatamente em caso de desligamento do estagiário;

j) informar à entidade de ensino e ao agente de integração sobre o desligamento dos estagiários;

k) informar periodicamente, no Sistema de Recursos Humanos, o número total de estudantes aceitos naquele órgão como estagiários de nível superior, de nível médio e de educação profissional;

l) expedir, ao final do período de estágio, o termo de rescisão de estágio, certificado de estágio, contendo o período, a carga horária, as principais atividades desenvolvidas e a avaliação de desempenho, independentemente do resultado obtido;



m) recolher, por ocasião do desligamento do estagiário do órgão, o crachá, o uniforme e os demais itens recebidos para a realização do estágio; e

n) realizar outras atividades correlatas.

II - Estágio Obrigatório:

a) planejar, executar e avaliar os respectivos Planos de Estágio Obrigatório em parceria com as instituições de ensino conveniadas;

b) conceder o acesso a SEGER dos convênios firmados com a instituição de ensino;

c) informar com as devidas justificativa, o quantitativo de vagas a serem fixadas pela SEGER;

d) acompanhar e monitorar o preenchimento do quantitativo de vagas estabelecido em portaria pela SEGER;

e) formalizar, acompanhar, fiscalizar e se responsabilizar pelo convênio com as instituições de ensino credenciadas em procedimento a ser realizado pela SEGER, para realização de estágio obrigatório no órgão;

f) registrar os estagiários no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo;

g) acompanhar e fiscalizar os seguros contra acidentes pessoais assegurados sob responsabilidade das instituições de ensino;

h) fiscalizar o Plano de Trabalho firmado com as instituições de ensino;

i) acompanhar a execução dos serviços prestados pelas instituições de ensino;

j) dar suporte ao Supervisor de Estágio;

k) acompanhar e fiscalizar a prestação de contas, caso os convênios sejam contemplados com contrapartidas cujo os parâmetros foram definidos pelo órgão em normativo próprio; e

l) realizar outras atividades correlatas.

§ 2º Fica autorizada, se necessário, a criação de Comissão Permanente de Estágio, a ser constituída para essas específicas finalidades, desde que o órgão ou entidade possua no mínimo 30 (trinta) vagas de estágio. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 3º A composição da Comissão Permanente de Estágio deverá ser de no mínimo 3 (três) servidores titulares e respectivos suplentes, preferencialmente efetivos, com formação de nível superior, com o objetivo de promover a Gestão do Programa Jovens Valores e Estágio Obrigatório no âmbito do Governo do Estado. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**



§ 4º O desempenho das funções na Comissão Permanente de Estágio dar-se-á sem prejuízo das demais atribuições funcionais de seus integrantes, considerando as seguintes competências: **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

I - Estágio não-obrigatório (Programa Jovens Valores):

- a) acompanhar e monitorar a regularidade escolar dos estagiários; e
- b) realizar outras atividades correlatas.

II - Estágio Obrigatório:

- a) acompanhar e fiscalizar os convênios e credenciamentos das instituições de ensino;
- b) celebrar, registrar e monitorar os convênios firmados entre os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e as instituições de ensino;
- c) acompanhar e fiscalizar os seguros contra acidentes pessoais assegurados sob responsabilidade das instituições de ensino;
- d) fiscalizar o Plano de Trabalho firmado com as instituições de ensino;
- e) acompanhar a execução dos serviços prestados pelas instituições de ensino;
- f) dar suporte ao Supervisor de Estágio e ao setor de Recursos Humanos; e
- g) realizar outras atividades correlatas.

§ 5º Fica autorizada, em caráter permanente, a criação da Comissão de Credenciamento de Instituições de Ensino, no âmbito da SEGER, com o objetivo de selecionar as instituições de ensino de nível Técnico e Superior regularmente constituídas, que tenham interesse em firmar com os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Convênio de Concessão de Estágio, para viabilizar estágio obrigatório na Região Metropolitana da Grande Vitória e no Interior do Estado do Espírito Santo. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 6º A composição da Comissão de Credenciamento de instituições de ensino deve ser de, no mínimo, 3 (três) servidores titulares e respectivos suplentes, preferencialmente efetivos, cujo desempenho das atividades dar-se-á sem prejuízo das demais atribuições funcionais de seus integrantes. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 7º Compete à Comissão de Credenciamento de instituições de ensino: **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**



I - coordenar e organizar o processo de credenciamento das instituições de ensino de nível Técnico e Superior, nos termos do Edital Permanente de Chamamento Público;

II - avaliar e analisar a documentação de credenciamento para habilitação das instituições de ensino de nível Técnico e Superior;

III - analisar e deliberar os recursos que versem sobre o Edital Permanente de Chamamento Público;

IV - habilitar, aprovar e publicar o resultado do credenciamento das instituições de ensino de nível Técnico e Superior;

V - deliberar sobre os casos omissos referentes ao Edital de Chamamento Público; e

VI - realizar outras atividades correlatas

Art. 10. Compete ao órgão de lotação do estagiário, por meio de um supervisor designado na forma do inciso III do Art. 9º, fazer o acompanhamento do estágio, realizando semestralmente relatórios de atividades e avaliações de desempenho do estagiário.

Art. 11. São deveres dos estagiários:

I. iniciar o estágio somente após a entrega do termo de compromisso, devidamente assinado pela instituição de ensino, pelo órgão concedente e pelo estagiário;

II. encaminhar, devidamente preenchidos, os relatórios de atividades e avaliações de desempenho, nas datas pré-estipuladas no termo de compromisso de estágio, à instituição de ensino e retornar as demais vias ao órgão concedente e ao agente de integração, caso contratado;

III. aceitar a supervisão e orientação técnico-administrativa da chefia imediata, dos supervisores, e servidores do setor de recursos humanos do órgão de sua lotação;

IV. cumprir a programação do estágio e realizar as atividades que lhe forem atribuídas;

V. observar o uso obrigatório do uniforme no local de trabalho, quando este for disponibilizado;

VI. observar a linguagem adequada no tratamento com a chefia superior e imediata, supervisor, demais servidores e o público em geral;

VII. ser pontual e assíduo;

VIII. zelar pela preservação do patrimônio público;

IX. cumprir as normas e regulamentos internos;



- X. manter discricção nas dependências do órgão onde estiver lotado;
- XI. ser sigiloso no que se refere aos assuntos de que tenha tomado conhecimento em decorrência do estágio;
- XII. submeter-se aos processos e meios de avaliação de desempenho profissional e acadêmico;
- XIII. comunicar ao setor de recursos humanos a desistência do estágio ou qualquer alteração ocorrida no mesmo;
- XIV. apresentar histórico escolar e comprovante de matrícula nos períodos estipulados;
- XV. cumprir as determinações constantes neste Decreto, no convênio ao qual o estágio está vinculado e no termo de compromisso.

~~Art. 12. O estagiário cumprirá jornada diária máxima de 04 (quatro) horas, a ser compatibilizada entre o horário escolar do estudante e o horário regular da unidade organizacional onde ocorrer o estágio.~~

~~Parágrafo único. Fica fixada a carga horária semanal de 20 (vinte) horas semanais para o estágio não obrigatório.~~

Art. 12 O estudante em estágio não obrigatório cumprirá jornada diária de 04 (quatro) horas, e semanal de 20 (vinte) horas, a ser compatibilizada entre o horário escolar do estudante e o horário regular da unidade organizacional onde ocorre o estágio.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. **(Nova Redação dada pelo Decreto 4010-R/2016)**

Art. 13. O estagiário estará sujeito, durante o período do estágio, às mesmas normas disciplinares estabelecidas para os servidores públicos do órgão concedente.

Art. 14. Fica assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de trinta dias, a ser gozado preferencialmente durante o período de suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata o caput deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos no caput serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.



Art. 15. É vedada, ao órgão concedente, a concessão de auxílio alimentação ou de benefício de assistência à saúde aos estagiários.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA JOVENS VALORES

Art. 16. O Programa Jovens Valores tem por objetivo proporcionar aos estudantes de nível médio ou equivalente, matriculados na rede pública estadual de ensino, de ensino superior e de educação profissional técnica, oportunidades de aprendizagem profissional, exercício da cidadania e aumento da empregabilidade, mediante a realização de estágio supervisionado, realizado nos órgãos da Administração Direta e Indireta, nas Autarquias e nas Fundações da Administração Pública Estadual.

§ 1º O Programa Jovens Valores se aplica às vagas de estágio do Poder Executivo Estadual e é coordenado pela SEGER, com a colaboração dos demais órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações do Estado.

§ 2º Ao Programa Jovens Valores não se aplicam às regras do estágio obrigatório, de que trata o Capítulo IV deste Decreto.

§ 3º As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Estaduais poderão, a seu critério, adotar o Programa Jovens Valores, mediante acordo de cooperação técnica a ser firmado com a SEGER.

§ 4º. Ficam autorizadas, vagas de estágio do Programas Jovens Valores para preenchimento exclusivo por estudantes da rede pública estadual de ensino médio, matriculados nas Escolas de Tempo Integral de 07 (sete) horas, que serão classificados de acordo com o disposto no artigo 20 deste Decreto. **(Inserido pelo Decreto 4577-R/2020)**

Art. 17. Constituem objetivos do Programa Jovens Valores:

I. estabelecer uma nova política organizacional de estágio estudantil, voltado para a igualdade de oportunidades;

II. proporcionar, ao estudante, oportunidade de aprendizagem profissional, facilitando sua introdução no mercado de trabalho;

III. usufruir da eficiência do estágio na formação profissional, social e cultural do jovem;

IV. auxiliar na redução dos índices de evasão escolar;

V. estimular o interesse do jovem pelo conhecimento; e,

VI. retirar o jovem da situação de vulnerabilidade social.

Art. 18. O estudante, para participar do Programa Jovens Valores, deverá atender aos seguintes requisitos:



I. não ter vínculo empregatício;

II. ter no mínimo 16 anos de idade; e,

III. estar regularmente matriculado em escola de ensino médio da rede pública estadual, para os estudantes de ensino médio, ou em curso de ensino superior ou de educação profissional técnico reconhecido pelo Ministério da Educação, para os demais.

Art. 19. O procedimento de recrutamento e seleção de estagiários dos órgãos, Autarquias e Fundações do Estado, deverá ser realizado pelo agente de integração contratado pela Administração Pública Estadual, por intermédio da SEGER.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às localidades não abrangidas pelo agente de integração.

Art. 20. Os alunos de ensino médio inscritos no processo seletivo do Programa Jovens Valores serão classificados de acordo com critérios que possibilitem aferir o grau de vulnerabilidade a que está sujeito e, para tanto, será levado em consideração os seguintes indicadores:

I. idade do estudante;

II. renda familiar per capita;

III. participação em programas sociais; e,

~~IV. evasão escolar e desempenho no ENEM da escola em que estiver matriculado.~~

IV. evasão escolar da unidade em que estiver matriculado. **(Nova redação dada pelo Decreto 4577-R/2020)**

§ 1º Os dados a que se referem os incisos deste artigo serão obtidos por meio de questionário, estabelecido pela SEGER, a ser preenchido pelo candidato à vaga de estágio, no momento da inscrição.

§ 2º Em caso de empate, terá preferência o estudante que estiver cursando série mais avançada do ensino médio; permanecendo o empate, terá preferência o de maior idade.

Art. 21. A seleção dos estudantes de ensino superior e de educação profissional técnica, será feita com base em critérios estabelecidos em edital, a ser publicado no site do Programa Jovens Valores, e levará em consideração, além dos aspectos sociais, o desempenho estudantil do candidato.

~~**Art. 22.** Para o atendimento do Programa Jovens Valores, o quantitativo de vagas de estágio na Administração Pública Direta e Indireta, bem como a sua distribuição, será definido em ato próprio.~~



Art. 22. Para o atendimento do Programa Jovens Valores, o quantitativo de 3.292 vagas de estágio na Administração Pública Direta e Indireta, bem como o controle e a sua distribuição, será definido em ato próprio e exclusivo da SEGER. **(Nova redação dada pelo Decreto 4577-R/2020)**

Art. 23. Todos os órgãos envolvidos no Programa Jovens Valores tomarão as medidas necessárias para a fiscalização da execução das normas estabelecidas neste decreto, objetivando seu real cumprimento.

CAPÍTULO III

DO AUXÍLIO TRANSPORTE

Art. 24. O auxílio transporte será concedido, mensal e individualmente, aos estagiários que exercerem atividades no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e utilizarem o transporte coletivo público para o efetivo deslocamento de sua residência para o local de estágio.

§ 1º Aos estagiários lotados em Municípios atendidos por sistema de transporte público coletivo, a Administração Pública concederá vale transporte.

§ 2º Aos estagiários lotados nas localidades em que não houver, à disposição, sistema de transporte público coletivo, a Administração Pública concederá auxílio transporte em pecúnia, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), a ser concedido em folha de pagamento.

§ 3º O valor do auxílio transporte em pecúnia será reajustado no mesmo percentual e na mesma periodicidade do aumento da tarifa de transporte público coletivo urbano do Município de Vitória.

§ 4º Se por algum motivo o órgão estiver impossibilitado de adquirir o vale transporte junto à empresa de transporte público coletivo urbano, o auxílio será concedido na forma do § 2º deste artigo.

§ 5º Durante o período de recesso do estágio, os estagiários não farão jus ao recebimento do auxílio transporte de que trata o caput.

Art. 25. A concessão do auxílio transporte não é compulsória nas hipóteses de estágio obrigatório não remunerado, conforme disposto no Art. 6º, § 5º.

CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 26. Fica autorizada a realização de estágio obrigatório nos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas Autarquias e Fundações do Estado, desde que os estagiários sejam oriundos de Instituições de Ensino que possuam convênio válido com o Estado, para esta finalidade.



Art. 27. Os convênios serão firmados entre os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas Autarquias e Fundações e as instituições de ensino, para realização de estágio obrigatório nos respectivos órgãos.

~~§ 1º Os convênios firmados possibilitarão estabelecer Projetos de Estágio Obrigatório, por iniciativa dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações ou das Instituições de Ensino conveniadas, cujas condições serão descritas em Plano de Trabalho, respeitando o disposto neste Decreto e no convênio firmado.~~

~~§ 2º Os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações deverão planejar, executar e avaliar os respectivos Projetos de Estágio Obrigatório em parceria com as Instituições de Ensino conveniadas.~~

§ 1º Fica estabelecido que a SEGER, realizará procedimento para credenciar instituição de ensino, na forma da legislação vigente, com a finalidade de firmar convênios com os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas Autarquias e Fundações para realização de estágio obrigatório nos respectivos órgãos. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 2º Os convênios firmados deverão ser assinados eletronicamente via Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo - E-Docs e possibilitarão estabelecer Projetos de Estágio Obrigatório, por iniciativa dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações ou das instituições de ensino conveniadas, cujas condições serão descritas em Plano de Trabalho, respeitando o disposto neste Decreto, no procedimento para credenciamento que será estabelecido pela SEGER e no convênio firmado. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

~~§ 3º Os Planos de Trabalho serão encaminhados à SEGER para registro e monitoramento pela Subsecretaria de Recursos Humanos.~~

§ 3º Os Planos de Trabalho serão encaminhados ao setor de Recursos Humanos de cada órgão da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações para registro e monitoramento. **(Nova Redação dada pelo Decreto 4537-R/2019)**

§ 4º A instituição de Ensino poderá ter seu Convênio cancelado a qualquer tempo caso não atenda as condições previstas neste Decreto.

~~§ 5º Os convênios de que trata o caput deste artigo não contemplarão transferência de recursos financeiros.~~

§ 5º Os convênios de que trata o *caput* deste artigo poderão contemplar como contrapartida, por parte das instituições de ensino, a transferência de recursos financeiros, bens materiais, insumos tecnológicos, concessão de capacitações aos servidores públicos e estagiários vinculados ao Poder Executivo, bem como qualquer outro fomento que atenda ao interesse público. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**



§ 6º O disposto no parágrafo anterior não poderá ser utilizado como critério de escolha para a realização do convênio com a instituição de ensino. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 7º Competirá a cada órgão vinculado ao Poder Executivo definir através de Portaria própria os parâmetros exigidos das contrapartidas, a que se refere o §5º deste dispositivo, ressaltando a obrigatoriedade de constar a necessidade de prestar contas dos recursos obtidos ao dirigente máximo do órgão, a cada 6 (seis) meses. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 8º Fica facultado aos órgãos, após a publicação deste Decreto, aditar os convênios já firmados com as instituições de ensino visando promover as adequações necessárias nas contrapartidas, atendo-se aos moldes dispostos nos parágrafos anteriores. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

~~Art. 28. Os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações terão o prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Decreto, para realizarem as adequações necessárias nos convênios celebrados com a finalidade de realização de estágio obrigatório.~~

Art. 28. Os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual devem conceder acesso permanente à SEGER, ao processo eletrônico que celebrou convênio com a instituição de ensino com finalidade de realização de estágio obrigatório. **(Nova redação dada pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

Art. 29. Ao estagiário que cumprir estágio obrigatório não será fornecido nenhum tipo de auxílio financeiro, vale transporte e uniforme.

Art. 30. O estagiário não poderá iniciar as atividades sem que o Termo de Compromisso de Estágio esteja assinado por todas as partes envolvidas.

Art. 31 O estudante que já realiza estágio remunerado (não obrigatório) na Administração Pública Estadual não poderá realizar concomitantemente o estágio obrigatório.

~~Art. 32. Fica assegurada a contratação de seguro contra acidentes pessoais que será de responsabilidade do órgão, Autarquia ou Fundação a que o estagiário for vinculado, e deverá ser realizada antes do início das atividades do estagiário.~~

Art. 32. Fica assegurada a contratação de seguro contra acidentes pessoais que será de responsabilidade das Instituições de Ensino – I.E, a que o (a) estudante/estagiário (a) for vinculado (a), e deverá ser realizada antes do início das atividades. **(Nova Redação dada pelo Decreto 4537-R/2019)**

~~Art. 33. As vagas a serem disponibilizadas em cada Órgão da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações para o estágio obrigatório, serão fixadas por Portaria, da SEGER, após definição junto aos órgãos.~~

Art. 33. Compete à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER:



§ 1º Os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual devem gerir a política de estágio em conformidade com o quadro de vagas, a distribuição e respeitando limite máximo por nível de escolaridade. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

§ 2º Independente da jornada e do regime de escala estabelecida ao estágio obrigatório, fica vedado ao órgão ou entidade utilizar uma mesma vaga para mais de um estudante concomitantemente. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

I - fixar através de portaria, após definição junto aos órgãos, as vagas a serem disponibilizadas em cada Órgão da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações para o estágio obrigatório; e

II - monitorar a realização de estágio obrigatório nos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas Autarquias e Fundações do Estado. **(Nova Redação dada pelo Decreto 4537-R/2019)**

Art. 34. O Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório deverá mencionar o Convênio celebrado entre o órgão e a Instituição de Ensino, no qual deverá constar pelo menos:

I. identificação do estagiário, da Instituição de Ensino, do órgão que está oferecendo a oportunidade de estágio, do curso, nível de ensino, ano e/ou período e as atividades a serem desenvolvidas;

II. menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;

III. menção de que o estágio não será remunerado e que não haverá a concessão de vale transporte e uniforme;

IV. carga horária diária e semanal, compatível com o horário escolar;

V. duração do estágio, limitado a 24 (vinte e quatro) meses;

VI. menção da obrigação de cumprir as normas disciplinares do órgão concedente da oportunidade de estágio e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso no órgão;

VII. menção da obrigação de apresentar relatórios ao gestor da unidade onde realizar o estágio, a cada seis meses, sobre o desenvolvimento das atividades que lhe forem designadas;

VIII. assinaturas do estagiário ou de seu representante legal, do representante e do supervisor pelo órgão concedente e da Instituição de Ensino e do orientador da Instituição de Ensino;

IX. condições de desligamento do estagiário; e,

~~X. menção da obrigação à contratação de seguro para o estagiário.~~

X - menção da obrigação à contratação de seguro para o estagiário (a), pela Instituição de Ensino - I.E. **(Nova Redação dada pelo Decreto 4537-R/2019)**



§ 1º Nos estágios com duração inferior a 06 (seis) meses, os relatórios de que trata o inciso VII do caput serão apresentados no final do estágio.

§ 2º Fica vedado aos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, das Autarquias e Fundações, bem como às Instituições Estaduais de Ensino Superior firmar concomitantemente, mais de um Termo de Compromisso de Estágio com o mesmo estudante.

§ 3º Qualquer alteração das cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o estudante e a unidade concedente será realizada por meio de Aditivo de Termo de Compromisso de Estágio, sempre com a interveniência da Instituição de Ensino.

Art. 35 Pelo descumprimento total ou parcial ou qualquer inadimplência no Convênio de Concessão de Estágio, a instituição de ensino credenciada sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, as sanções. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

Art. 36 As instituições de ensino credenciadas farão parte do Banco Estadual de instituições aptas a firmar convênios com os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nas Autarquias e Fundações para realização de estágio obrigatório nos respectivos órgãos, não existindo limite quanto ao número mínimo ou máximo de credenciados. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

Parágrafo único. O credenciamento não implica obrigação do Estado de efetuar qualquer solicitação de serviços.

Art. 37 As instituições de ensino credenciadas são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e pela legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados, podendo ser cancelado o credenciamento se verificada alguma irregularidade na documentação ou nas informações apresentadas. **(Acrescentado pelo Decreto nº 6055-R/2025)**

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Em qualquer situação, os casos omissos serão avaliados pela SEGER.

Art. 39. Ficam revogados os Decretos n. 2.296-R, de 15 de julho de 2009; 2.299-R, de 15 de julho de 2009; 2.424-R, de 15 de dezembro de 2009; 2.463-R, de 12 de fevereiro de 2010; 2.671-R, de 26 de janeiro de 2011 e 3.115-R, de 24 de setembro de 2012.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 24 dias de setembro de 2013, 192º da Independência, 125º da República e 479º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Governador

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

(Este texto não substitui o publicado no D.O.E. em 25/09/2013)